

NOVAS ESPACIALIDADES NO DISTRITO FEDERAL: as relações entre a produção do espaço urbano e a questão ambiental.

RESUMO

A contemporaneidade, espacialmente, trouxe várias mudanças com a ênfase econômica se deslocando das atividades primárias para as secundárias e terciárias. As questões ambientais urbanas são relevantes para preservar para assegurar a qualidade de vida. Dentre as mudanças espaciais está a inauguração de Brasília, o Distrito Federal dividido em Regiões Administrativas (RAs), inicialmente em 8 e atualmente com 33 RAs. Dentre os problemas ambientais no DF, tinha-se o lixão da estrutural, o maior da América Latina. Justifica-se este trabalho pela especificidade da urbanização do Distrital com maior crescimento populacional intra-DF na porção oeste. Como metodologia foi usada pesquisa bibliográfica em artigos, dissertações, teses, livros, documentos *online* dos Órgãos públicos do DF e sites da Internet. Como objetivo o trabalho busca analisar aspectos contextualizados da urbanização do DF como recorte na porção oeste. A pesquisa tenta compreender o que se instala nas áreas lindeiras à RA-I, o Plano Piloto.

Palavras-chave: Brasília. Urbanização. Problemas Ambientais.

ABSTRACT

Contemporaneity, spatially, has brought several changes with the economic emphasis shifting from primary activities to secondary and tertiary activities. Urban environmental issues are relevant to preserve to ensure quality of life. Among the spatial changes is the inauguration of Brasília, the Federal District divided into Administrative Regions (RAs), initially in 8 and currently with 33 RAs. Among the environmental problems in the DF, there was the structural dump, the largest in Latin America. This work is justified by the specificity of the urbanization of the District with greater intra-DF population growth in the western portion. As a methodology, bibliographic research was used in articles, dissertations, theses, books, online documents from the Federal District's Public Agencies and Internet sites. The objective of this work is to analyze contextualized aspects of the urbanization of the DF as a cutout in the western portion. The research tries to understand what is installed in the areas adjacent to the RA-I, the Plano Piloto.

Keywords: Brasilia. Urbanization. Environmental problems.

INTRODUÇÃO

A Queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789, foi um evento central da Revolução Francesa que marca o início da idade contemporânea. A contemporaneidade, espacialmente, trouxe várias mudanças como por exemplo, a ênfase econômica se desloca das atividades primárias para as secundárias e terciárias, deste modo passam a apontar para o fortalecimento de estratégias de apropriação do espaço urbano e o que será urbanizado. Doravante os espaços ditos citadinos têm se refletido em um dualismo quanto à compreensão do que é a cidade. Isto é, ora esta é tratada como um quadro físico em que a natureza é um conjunto de recursos, ora como ambiente urbano onde ocorre uma construção social.

Importante observar como Le Goff (2013, p. 187) afirma, “Não se irá tentar explicar as causas das transformações aceleradas das sociedades ao longo da história, nem explorar a difícil história das mutações das mentalidades coletivas ...”. Tentar-se-á esclarecer a tomada de consciência das rupturas com o passado rural e suas atividades econômicas e a vontade coletiva de assumir a conscientização dos indivíduos sobre a importância de preservar a natureza.

Cumprir destacar que segundo Le Goff (2013, p. 193), “A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência ...”. Nesta perspectiva de conscientização a Geografia se coloca como a ciência que possui um conjunto de formulações teóricas que servirão para formar conceitos que apreendam os complexos processos sociais e os riscos ambientais que se intensificam nos ambientes urbanos. Quanto ao que é social e a sua relação com a cidade, Lefebvre (2001, p. 51) afirma que “A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história”.

Deste modo, articular Geografia às questões ambientais urbanas é relevante para a conscientização social sobre a importância de preservar para assegurar a qualidade de vida. A necessidade, então, de se criar uma consciência ambiental e a possibilidade de formar um ator social com interesse explícito pela natureza, passa por um processo educativo que tenha a visão de criar atitudes e

ter novos critérios de comportamento balizados pelos princípios da preservação ambiental. Assim, a Geografia tem como propósito a formulação de uma percepção mais clara da relação que existe entre a sociedade e as modificações que o processo de urbanização causa aos espaços. É como disse Reclus,

Cidades, já consideráveis no começo da era das ferrovias, tornam-se imensas cidades, montes de casas alinhadas, percorridas por uma rede infinita de ruas e ruelas, bulevares e avenidas, acima dos quais pesa, de dia, uma abóboda cinzenta de fumaça, enquanto de noite, deles eleva-se uma claridade, iluminando o céu (RECLUS, 2010, p.31-32).

Sendo assim, considera-se que a Geografia é um valioso instrumento para evidenciar a necessidade de preservação ambiental. Por seu intermédio pode-se levar os indivíduos a compreender as relações que se estabelecem entre a cidade, o processo de urbanização e a natureza. Como esclarece Reclus,

os contrastes mostram-se claramente no modo de crescimento que cada cidade apresenta. Segundo a importância da direção de suas trocas por terra, esta projeta seus subúrbios, como tentáculos, ao longo das estradas ... (RECLUS, 2010, p. 54).

Posto assim e corroborando com a ideia de Reclus, é preciso despertar em cada indivíduo o sentido de pertencimento, participação e responsabilidade na busca de respostas para a problemática ambiental que se estabelece quando a cidade cresce horizontal e verticalmente.

Tal crescimento caracteriza o advento urbanização com o crescimento da população urbana que evoluiu de forma acelerada exigindo tanto do Estado como do capital privado um conjunto de investimentos. Como disse Santos,

A urbanização brasileira conhece, nitidamente, dois grandes regimes, ao longo das diferentes periodizações que se proponham. Após os anos de 1940-1950, os nexos econômicos ganham enorme relevo, e impõem-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território; e, antes desse momento, o papel das funções **administrativas** tem, na maior parte dos **Estados**, uma significação preponderante (SANTOS, 2018, p.27, grifo nosso).

Considerando a perspectiva do capital privado, a urbanização, motivada pela industrialização, produziu e produz uma nova ordem espacial e temporal. Esta lógica define seu próprio espaço e orienta uma sociedade com tendência ao urbano, condicionada ao processo de apropriação privada. Esta se realiza fragmentando o espaço, instaurando uma divisão territorial do trabalho, do morar e do deslocar-se pelo espaço urbano. O fenômeno urbanização motivado pela industrialização, no plano da vida cotidiana, alterou a relação da

sociedade com o trabalho, com a moradia e seus lugares em si. A morfologia da cidade expõe a produção de um espaço fundada no poder privado e no poder político, Santos (1982, p. 18) afirma que, “(...) O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais (...) o espaço é matéria trabalhada por excelência (...)”. Assim, interroga-se sobre a relação histórica que produziu e transformou o espaço vivido ou lugar no mundo que tornou concreta e vivida a realidade urbana.

No Brasil, a segunda metade do século XX foi, também, marcada por um intenso processo de urbanização. Iniciado os anos 60, a taxa de urbanização era inferior a 45% atingindo, em 2010, o valor de 84,4%¹, verifica-se que a população urbana aumentou significativamente. Destaca-se aqui um elemento que deu uma nova característica ao fenômeno, a interiorização da capital, ou seja, o surgimento de Brasília mudou a rota migratória dos lugares tradicionalmente procurados no sudeste brasileiro para o centro-oeste, a população urbana aumentou significativamente no Distrito Federal (DF); segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN² Brasília tem o maior potencial de crescimento urbano do Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE³, em 2010, a população distrital era de 2.570.160, e em 2021 estima-se uma população de 3.094.325 habitantes.

Da inauguração de Brasília, abril de 1960, aos dias atuais, houve o aumento do vetor migratório para o Distrito Federal, um dos elementos que explica que o aumento populacional, nesta lógica configura-se na urbanização do DF que se iniciou antes mesmo que o Plano Piloto de Lúcio Costa terminasse de ser construído, criando-se pelo governo núcleos urbanos na periferia para abrigar a população que migrava para Nova Capital. Com a fundação dessas inúmeras localidades e para facilitar a administração o território do Distrito Federal foi dividido em Regiões Administrativas (RAs), por

¹Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Séries históricas e Estatísticas**. Taxa de urbanização. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>> Acesso em: 19 out.2021.

²Agência Brasília. **Brasília tem o maior potencial de crescimento urbano do País**. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2018/11/21/brasilia-tem-o-maior-potencial-de-crescimento-urbano-do-pais/>> Acesso em: 21 out. 2021.

³Portal do Governo Brasileiro. IBGE. Brasília. População. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasilia/panorama>> Acesso em: 21 out. 2021.

meio da Lei nº 4.545/64⁴ e no seu artigo nº 31 foram criadas oito (8) RAs. Posteriormente, com o contínuo aumento populacional, essas RAs foram subdivididas, chegando-se a 33 Regiões Administrativas por meio da Lei nº 6.391⁵, de 30 de setembro de 2019.

Outro aspecto a ser evidenciado é a importância do crescimento natural do DF, pois este é, também, um elemento a ser analisado para explicar o crescimento da população urbana distrital. Segundo relatório da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH⁶,

Para o Distrito Federal, desde meados da década de 80, o crescimento vegetativo passou a ser mais relevante do que a migração no aumento populacional. Como o crescimento vegetativo se escora em padrões de fecundidade, mortalidade e valores culturais que estão se consolidando na sociedade, é possível afirmar que o Distrito Federal estabilizará gradativamente a sua população. Em resumo, o crescimento vegetativo é responsável por 88,02% da expansão do DF, enquanto o saldo migratório fica apenas com 11,98%, ou seja, uma colaboração 7,34 vezes menor (SEDUH, 2017, p.55).

O planejamento originalmente previa uma população aproximada de 500 mil habitantes⁷, atualmente com 33 RAs o DF tem uma população estimada em 3.094.325 habitantes. Estes fatores, migração e crescimento natural, motivadores do crescimento urbano têm gerado alguns problemas, tais como: a densificação urbana que promove o uso intensivo do solo e a consequente mudança de função quanto ao uso; a ameaça das áreas dispersoras de recursos hídricos; a susceptibilidade do solo à erosão; as ações antrópicas sobre as áreas ecológicas de diversos tipos; contaminação de algumas bacias hidrográficas; e produção de resíduos sólidos urbanos.

⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. LEI Nº 4.545, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4545-10-dezembro-1964-377657-norma-pl.html>> Acesso em: 22 out. 2021.

⁵ Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal. SEGOV. **Arniqueira (RA XXXIII)**. Disponível em: <<https://segov.df.gov.br/arniqueira-ra-xxxiii/>> Acesso em: 22 out. 2021.

⁶ Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDO. **Documento Técnico**. Disponível em:

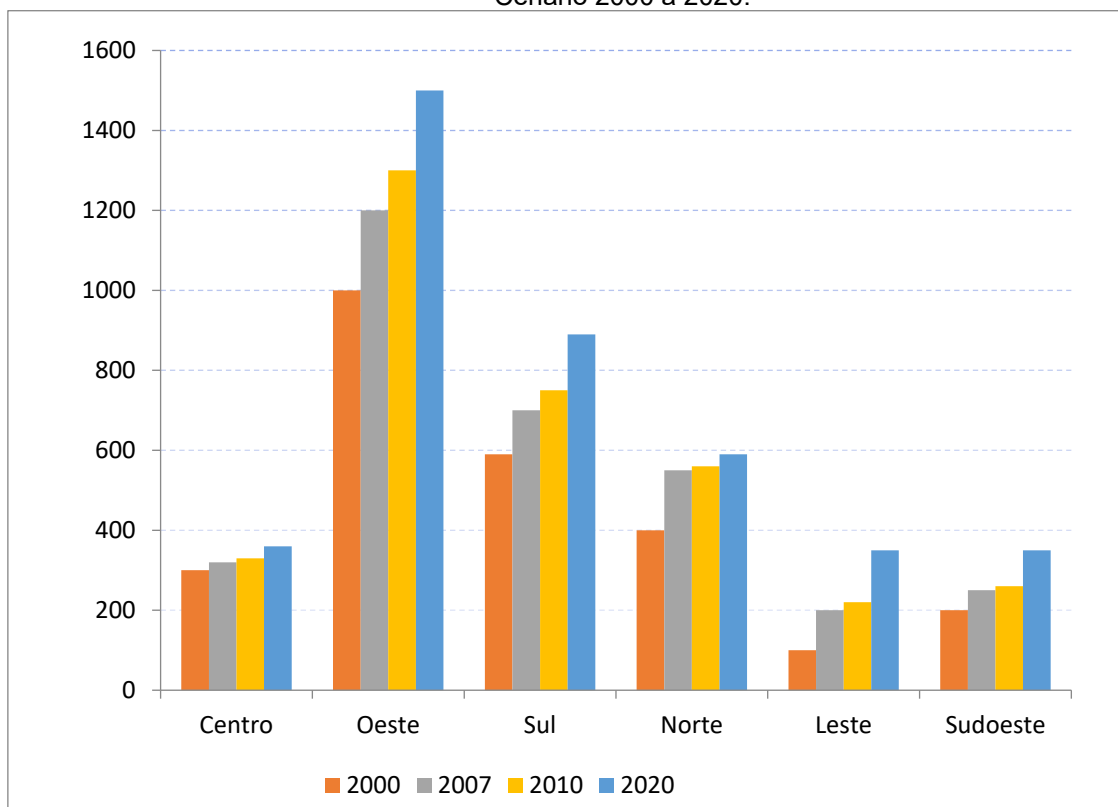
<http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/documento_tecnico_pdot12042017.pdf>

Acesso em: 27 out. 2021.

⁷ IPEA – Desafios do Desenvolvimento. **Brasília 50 anos** - Capital projetada para 500 mil habitantes hoje tem 2,6 milhões de moradores e tem a segunda maior renda per capita do País. 2010 . Ano 7 . Edição 58 - 26/02/2010. Brasília 50 anos. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2339:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 27 out. 2021.

Observando-se este cenário de crescimento urbano e a problemática ambiental no Distrito Federal, o presente trabalho traz a perspectiva de analisar aspectos da contextualização do processo de urbanização do DF respaldado pela construção de Brasília como fenômeno urbano de atração de população, de interesse de Estado e de investimento do capital privado. Ainda como enquadramento deste estudo, o eixo central da pesquisa é o de analisar as consequências ambientais, com foco nos resíduos sólidos urbanos, nas bordas do que se definiu como área do patrimônio histórico de Brasília. Como recorte espacial para coleta de dados tem-se a porção oeste do quadrilátero, área de maior crescimento populacional intra-DF conforme ilustra a figura 1, que apresenta o gráfico da população com estimativa tendencial de crescimento de 2000 a 2020.

Figura 1 População estimada segundo valores de crescimento.
Cenário 2000 a 2020.



Fonte: Oliveira, 2017, p.189.

Justifica-se este trabalho pela grande especificidade do processo de urbanização em simultaneidade com a metropolização do Distrito Federal. Aqui, acrescenta-se uma nova característica distrital, intra-DF há uma notável tendência ao maior crescimento populacional nas RAs localizadas a oeste do

Plano Piloto de Lúcio Costa, a Região Administrativa de número um – RA-I, sede de Governo Federal e Distrital. Isso pode ser observado quando se utiliza o indicador à contribuição do crescimento populacional relativo ao núcleo, a RA-I. Para o crescimento absoluto das outras RAs, há de ser considerado o recorte espacial definido como o lugar de pesquisa. Como último argumento da justificativa tem-se dados que indicam que o processo de urbanização e metropolização é marcado pela redistribuição da população favorável às RAs localizadas nos eixos rodoviários que leva a oeste do quadrilátero distrital.

Como metodologia foi usada pesquisa bibliográfica baseada em artigos, dissertações, teses, livros, documentos *online* dos Órgãos públicos do DF e sites da Internet. Esta aplicação metodológica visa encontrar documentos que discutiram não somente a expansão urbana do DF, mas também a problemática ambiental.

Este trabalho busca como objetivo, não somente, a globalidade nas explicações do processo de urbanização e metropolização, como também a singularidade do lugar, referindo-se às áreas limítrofes a RA-I. Neste exterior próximo, foram construídas as residências para absorver a população que veio para construir Brasília, dando origem as primeiras RAs no DF, isto expressa, na reconstrução do lugar, uma lógica arquitetônica e estrutural não prevista no projeto inicial de Lúcio Costa, mas que definiu espaços sociais de vivências e consumo, inclusive do próprio espaço intraurbano.

Deste modo, a pesquisa para este artigo tenta compreender e melhor decifrar o que se instala nas áreas lindeiras à RA-I. E o que é importante, há a mudança de função do uso do solo nestas áreas, as quais estão ligadas a um processo abrangente de revalorização; assim, a urbanização e a metropolização se dão mediante a verticalização das RAs já existentes e das novas RAs que surgirão. Esta transformação dos lugares, modifica a qualidade das coisas e dá um novo significado envolvendo a vontade dos que necessitam, daqueles que exploram e do próprio Estado. Assim, conciliar os diferentes usos do espaço deve se constituir em uma preocupação dos planejadores deste, já que no Distrito Federal o Plano Piloto de Lúcio Costa surge sob a égide do planejamento.

METODOLOGIA

Assim, este artigo vai tomar como referência o Distrito Federal para estudar o verdadeiro significado dos processos intraurbanos de ocupação do solo e seu uso durante o processo de urbanização. Para isso, a metodologia utilizada contou com uma pesquisa bibliográfica de natureza descritiva e exploratória, por meio de levantamento de dados em documentos oficiais e fornecidos pelos órgãos gestores em seus sites.

Optou-se pela metodologia de natureza qualitativa, pois entende-se que o pesquisador busca compreender o processo social da problemática do seu estudo sendo (re)direcionado e avaliado ao longo de seu desenvolvimento. Segundo Yin,

A condição inicial deriva do desejo da pesquisa qualitativa de capturar o significado dos eventos da vida real, da perspectiva dos participantes de um estudo. Tal objetivo não pode ignorar o fato de que os significados dos participantes, se estudados e relatados por um pesquisador, também inevitavelmente incluem um segundo conjunto de significados para os mesmos eventos - aqueles do pesquisador (YIN, 2016, p.10).

A preocupação numérica não é função da pesquisa qualitativa, pois esta metodologia permite compreensões de aprofundamento da compreensão dos processos sociais. Não é bom que se tenha um modelo único de pesquisa que compreenda todas as ciências, por exemplo, as ciências sociais têm que escolher uma metodologia que procure abarcar os objetivos e dar vazão aos problemas proposto por hipóteses. Deste modo, as relações de causalidades, tal como o modelo positivista, tendo por base a vida social derivativa de um conjunto de significados em que a pesquisa e o pesquisador não podem fazer julgamento.

Para qualificar metodologicamente a investigação, a pesquisa tem caráter exploratório, no sentido de interpretar e discutir as condições contextuais dos lugares escolhidos no DF, no caso as RAs lindeiras à RA-I; contribuir com conceitos geográficos que possam ajudar a explicar a expansão urbana; e utilizar múltiplas fontes em vez de se basear em um único conjunto de materiais. Assim, este tipo de pesquisa objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

FUNDAMENTAÇÃO: ESPAÇO INTRAURBANO. uma fundamentação teórica para um estudo sobre o meio ambiente distrital e as necessidades sociais de morar.

Na segunda metade do século XX, momentos distintos podem ser identificados para compreender a dinâmica do crescimento urbano que se instalou nas cidades e configurou diversos processos de produção nos espaços urbanos. No campo do debate teórico, a análise dos processos e dos agentes da produção do espaço foi particularmente rica, o que claramente se afastou da naturalização das relações sociais com o espaço e do método de materialização espacial. O espaço urbano é visto como o resultado, palco e cenário do complexo processo de relacionamento entre o Estado e as diferentes partes do cenário econômico com foco no capital investido na terra e no desenvolvimento imobiliário e a sociedade em si. Denota-se o caráter dinâmico do espaço urbano, não é difícil presenciar a abertura de uma via urbana, a construção de um prédio e até mesmo a construção de novos bairros ou partes da localidade, enfim, o espaço da cidade está a todo o momento sendo produzido e organizado.

Naquele momento, destacava-se a centralidade do debate sobre o amplo papel da produção do espaço urbano no processo de metropolização em que o Estado desempenhava um papel fundamental. Cabe destacar, principalmente, as políticas públicas e sua estrutura regulatória para proporcionar condições gerais de produção e garantir a expansão do sítio urbano. E agora, ao longo das duas últimas décadas, já neste século XXI, o debate se expandiu da crítica à visão de supervalorização das funções econômicas do espaço para outras dimensões básicas da vida urbana, como por exemplo mais apoio aos métodos de processos de reprodução.

Quanto ao método, cumpre destacar a financeirização, que para Epstein (2001, p. 3) “refere-se à crescente importância dos mercados financeiros, motivos financeiros, instituições financeiras e elites financeiras nas operações da economia e suas instituições governantes, tanto a nível nacional como internacional” (Tradução nossa). Na prática cotidiana cidadina este elemento denota uma estrutura para investimentos imobiliários e de construção civil torna-se mais complexa. Esta transformação, que agora deve ser considerada no processo de transformação intraurbano, trouxe novos desafios e tem um impacto profundo na vida urbana. O

valor de uso do espaço urbano passa a ter vida cada vez mais curta e até mesmo desatualizada, sob a engrenagem da avaliação imobiliária. Deste modo, esse ambiente mais complexo também tem produzido respostas mais complexas aos produtos imobiliários: são novos tipos de habitação ou a recriação dos antigos tipos habitacionais, isto é, são novos espaços de expansão urbana integrados ao tecido da cidade ou da metrópole. São várias formas de crescimento e expansão urbana que por muitas vezes banaliza o urbano, a cidade em si. Ferreira afirma,

Partimos de uma tese: nas cidades do século XXI, a banalização do espaço urbano tem se tornado cada vez mais efetiva. Referimo-nos a uma forma específica e terrível de banalização, materializada em uma urbanização banalizada, pois a produção do espaço urbano tem-se realizado ultimamente, em grande parte das cidades, centrada em "modelos de sucesso internacional", (...) (FERREIRA, 2011, p.29).

Traduzindo melhor o porquê da banalização da cidade; a identidade urbana forma um campo de significados que coincide com o próprio campo semântico do sistema de produção. Nela, todos, por exemplo, são relacionados entre si pelo trabalho, pelo lazer, pela ocupação do espaço, pelo consumo etc. No entanto, sendo esse sistema carregado de divergências quanto ao interesse, essa identidade produz a sua própria exclusão, ou mais precisamente, a diferença, entendida como um lugar e um espaço operando em condições excludentes, como se esse lugar estivesse em outro ambiente. Há no espaço citadino lugares que se distinguem pela identidade, é como se fosse um subproduto do urbano e do poder; há símbolos e códigos peculiares àquela posição urbana em que se pode ver a desigualdade da estrutura hierárquica intraurbano, o que banaliza o próprio espaço urbano.

Esta situação se projeta no que diz respeito ao processo de produção do espaço urbano, manifestando a dimensão que dá materialidade às contradições sociais formuladas pelas relações de produção. O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual, a partir da necessidade de realizar determinado comportamento, seja ele de produção, consumo, residência, moradia etc. Por ser a vida urbana orientada pelo processo de produção completado pelas relações de mercado e sustentada pelas práticas de consumo, ela ocupa um lugar no espaço urbano, este lugar já tem um sentido. Por trás da construção de todos os sentidos e significados, signos e símbolos, política e religião, palácios e cabanas está o do consumo, na cidade tudo se consome: trabalho, comida, ídolos, ideias, o próprio espaço etc.

É ao longo do processo de urbanização que as cidades concentraram funções de articulação tais como, os processos de produção, distribuição, troca, consumo e gestão do urbano em suas mais variadas faces. Deste processo resulta agrupamentos urbanos próprios à vida, esses foram transformados e integrados ao consumo de produtos e ao consumo do espaço urbano financeirizado; a concentração da população acompanha a dos meios de produção, isto promove a centralidade urbana. Esta espacialização centralizada no urbano, marcada por hierarquias intraurbanas, dá materialidade, de maneira complexa, à uma problemática com várias facetas, com pluralismo cultural e, muitas vezes, há conflito com intensidades variáveis pois, nas cidades se concentra a maior parte da população. Assim, a urbanização, o crescimento urbano e o próprio processo de metropolização, tornados ao mesmo tempo causas e efeitos, desencadeiam consequências sobre territórios citadinos em distintas escalas espaciais intraurbanas.

Ao focalizar a análise numa perspectiva intraurbana, no Centro-Oeste o Distrito Federal, marcado pela construção de Brasília, vem denotando uma espacialização que rompe com a dualidade centro e periferia, inserindo um contexto urbano com vários centros, as chamadas Regiões Administrativa (RAs) já abordadas na introdução deste texto. A partir da construção de Brasília, iniciada nos anos 50 do século XX, ocorreu no Distrito Federal o aumento da população, o que pressionou para o surgimento de novos núcleos urbanos. Em meados dos anos 60, precisamente em 1964, foram criadas oito (8) Regiões Administrativas, e atualmente em 2021, terceira década do século XXI, evoluiu para trinta e três (33) RAs. Deste modo, essa nova dinâmica urbana distrital se produz pela trama de relações materializadas na rede material de fluxos de pessoas, automóveis, capitais, decisões, mercadorias e imaterial que é o caso da informação. É, pois, na utilização social do espaço que se concretiza as relações entre as RAs do DF, isto é, para Hardy,

As posições dentro do espaço social são geradas pelas formas e quantidades de capital, tanto econômico quanto **simbólico**, que são reconhecidas na sociedade nesse momento e pelos valores relativos atribuídos a configurações e volumes diferentes desses capitais. Há uma distinção a fazer entre o conjunto de posições reconhecidas e as posições que são ocupadas. Nem todas as posições serão ocupadas em qualquer momento dado (HARDY, 2018, p. 297, grifo nosso).

O espaço socialmente ocupado por pessoas, por empresas e pelo Estado e governo local no DF produzem problemas ambientais de toda sorte. Contudo, neste trabalho destacar-se-á a ocupação espacial nas áreas limítrofes ao Plano Piloto, isto é, a RA-I e suas consequências como por exemplo a verticalização e seus impactos ambientais. A pesquisa revelou que o acelerado crescimento urbano no DF prejudicou o planejamento territorial, ocasionando impactos ambientais não apenas nas áreas não planejadas, mas também naquelas em que houve preocupação com o planejamento, o Plano Piloto. Denota-se, deste modo, que a despeito da ação do Estado quanto ao planejamento, espaço geográfico é carregado de transformações e é nele que se expressam e reproduzem-se as ansiedades sociais com suas novas realidades, Milton Santos afirma que,

As novas realidades são, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma multiplicação de possibilidades, potenciais ou concretizadas, cuja multiplicidade de arranjos é fator de complexidade e de diferenciação crescentes. Não se trata aqui de adaptação do passado, mas de subversão das concepções fundamentais, das formas de abordagem, dos temas de análise. Isso equivale a dizer que mudam, ao mesmo tempo, o conteúdo, o método, as categorias de estudo e as palavras-chave (SANTOS, 2014, p. 25-26).

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

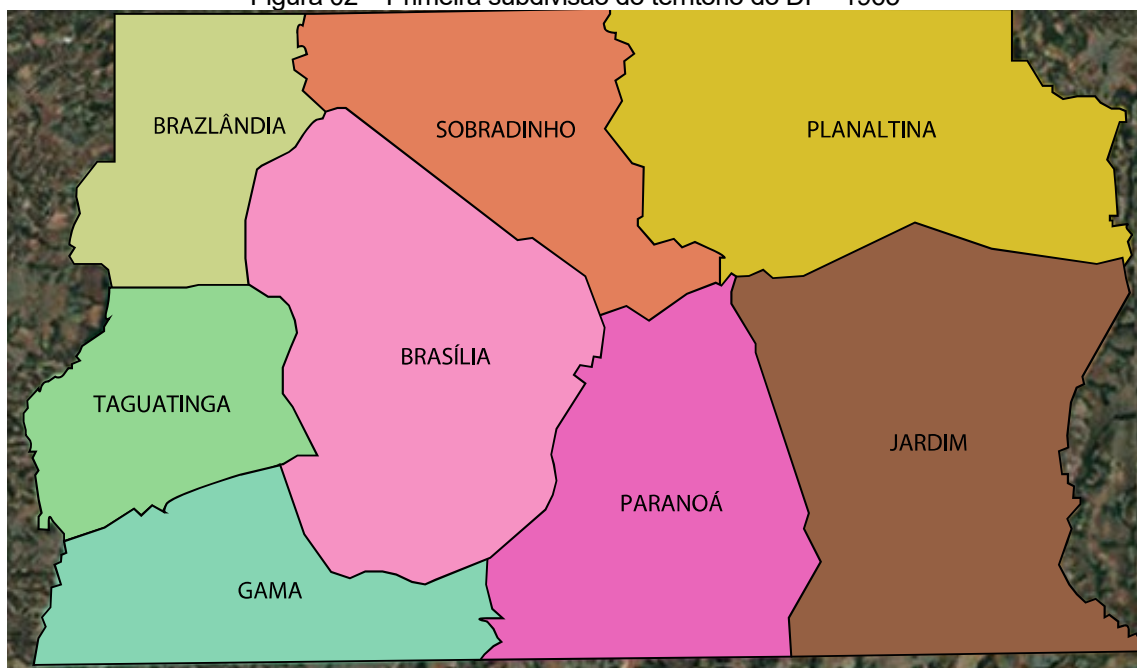
Ao se considerar que o espaço é produto de processo social, como uma área social é nele que se sucedem as relações de produção, a cidade como parte integrante do espaço é envolvida no mesmo processo. Sendo assim, seja o setor imobiliário, ou o da construção civil, ou próprio Estado, aqui se insere as ações do Governo do Distrito Federal – GDF, ou cidadão, este conjunto de atores assumem papel relevante nesse processo de uso e ocupação do espaço no DF.

O Estado passou a desempenhar papel preponderante na alocação de recursos para atender aos habitantes da cidade, desde o início da construção de Brasília, por exemplo: a Lei nº 4.545/64 criou as primeiras oito RAs. À época, o Governo do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, item II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, o art. 34 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964 e Decreto nº 456⁸ de 21 de outubro de 1965, Art.1º decreta que o Território do Distrito Federal, para fins de administração de serviços de

⁸ BRASIL. Decreto nº 456, de 21 de outubro de 1965. **Dispõe sobre a organização do Sistema de Administração Regional da Prefeitura do Distrito Federal.** Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/550/Decreto_456_21_10_1965.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

natureza local, divide-se em oito Regiões Administrativas, denominadas: Região Administrativa de Brasília - RA-I⁹; Região Administrativa do Gama - RA-II; Região Administrativa de Taguatinga - RA-III; Região Administrativa de Brazlândia - RA-IV; Região Administrativa de Sobradinho - RA-V; Região Administrativa de Planaltina - RA-VI; Região Administrativa do Paranoá - RA-VII; Região Administrativa de Jardim - RA-VIII. Veja na figura 2 a seguir como se estabeleceu a primeira subdivisão do território do DF.

Figura 02 – Primeira subdivisão do território do DF - 1965



Fonte: Maniçoba (2020, p.18, com adaptação do autor).

O aumento populacional e a expansão urbana no DF atingem níveis de ampliação observados por vários pesquisadores brasileiros. A evolução urbana dispersa no território em RAs forma uma rede citadina com vários núcleos urbanos, isto representa um desafio à gestão urbana face aos problemas de infraestrutura na malha viária, no transporte público e nos serviços de saúde e segurança pública. Em função das características peculiares, o aglomerado urbano distrital possui um potencial de crescimento urbano nos próximos anos, este fato se dá em função da morfologia urbana distrital difusa permitindo com isto a ocupação nos espaços intersticiais entre as RAs já estabelecidas. Tem-

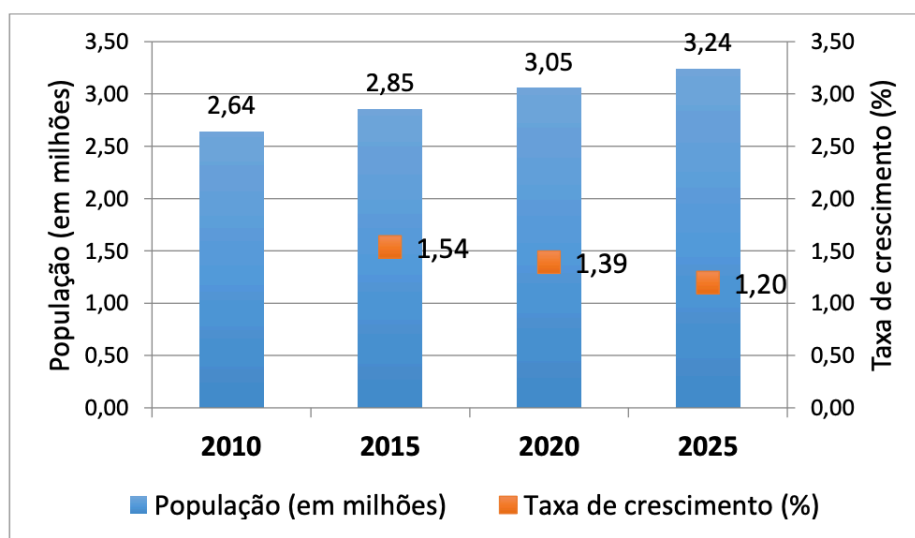
⁹ Lei nº 1648, de 16 de setembro de 1997. DODF de 29.09.1997. Art. 1º A Região Administrativa I – Brasília passa a denominar-se Região Administrativa Plano Piloto, RA I. Disponível em:

<http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/49606/Lei_1648_16_09_1997.html> Acesso em: 11 nov.2021.

se que considerar um fato singular para o DF, a baixa densidade urbana média propicia o adensamento dos núcleos consolidados verticalizando-os, o que coloca algumas RAs com elevada concentração urbana.

Avaliando a perspectiva demográfica do Distrito Federal a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a população residente no Distrito Federal estimada em 2,85 milhões habitantes, em 2015, passarão para 3,24 milhões, em 2025, veja o gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – População total e taxa de crescimento média anual. Distrito Federal. 2010-2025



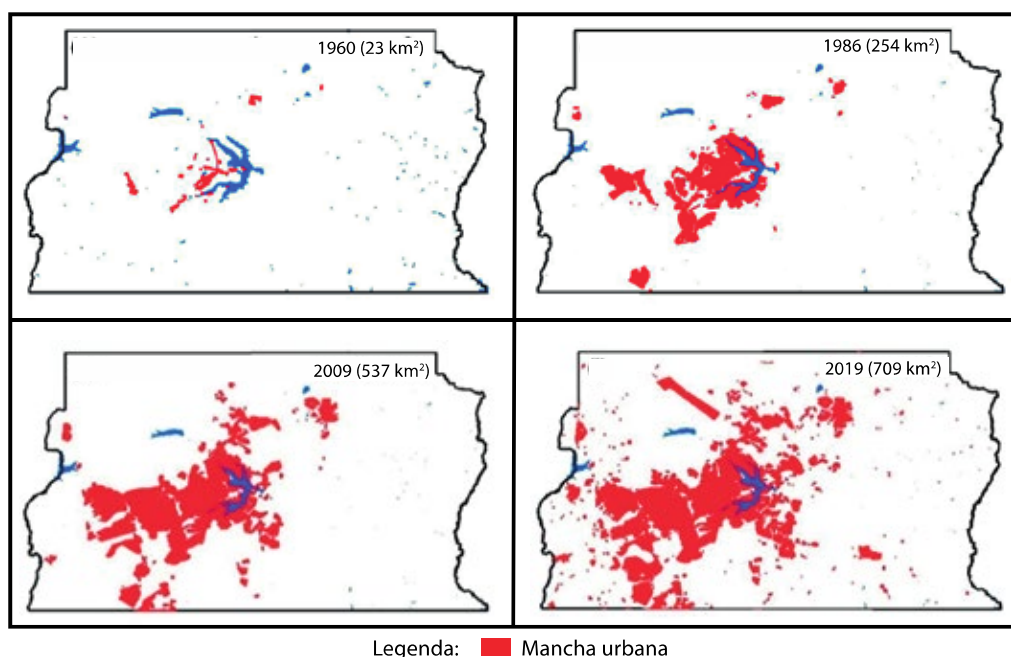
Fonte: Projeções e cenários para o Distrito Federal¹⁰.

Posto os dados populacionais, o primeiro momento de apreensão da cidade revela um caráter heterogêneo em destaque. Uma característica peculiar do espaço urbano distrital, quando comparado à realidade de outras metrópoles, é a nuclearização da cidade com suas RAs, o que são diferentes formas espaciais de materialização do uso do solo urbano. Contudo, geralmente, o espaço urbano é um produto histórico e social, deste modo reflete a condição que é determinada pela sociedade mediada pelo Estado e pelas as instituições privadas. Posto assim, conclui-se preliminarmente que o uso do solo urbano não é aleatório, é reflexo e condição do processo social que no caso distrital o descentraliza.

¹⁰ **Projeções e cenários para o Distrito Federal Análises prospectivas populacionais, habitacionais, econômicas e de mobilidade.** CODEPLAN. Novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Proje%C3%A7%C3%B5es-e-cen%C3%A1rios-para-o-Distrito-Federal-An%C3%A1lises-prospectivas-populacionais-habitacionais-econ%C3%B4micas-e-de-mobilidade.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2021.

O aumento da população urbana no DF representa grandes desafios ambientais em especial nas áreas que ficaram definidas no objetivo deste trabalho, que é compreender e melhor decifrar o que se instala nas áreas lindeiras ao Plano Piloto – RA-I. A pesquisa procurou realizar estudos que compreendem o monitoramento da expansão urbana no território distrital e a respeito das tendências da expansão urbana na área limítrofe à RA-I em especial na porção oeste, isto é, o deslocamento humano para morar nesta parte do DF. O crescimento urbano apresentou uma tendência de expansão preferencial da parte central do Distrito Federal para a direção oeste/sudoeste, veja a figura 3 a seguir.

Figura 3 - Evolução temporal da mancha urbana do Distrito Federal no período 1960-1986-2009-2019



Fonte: Chelotti e Sano (2021, p.13, com adaptação do autor).

A Figura 3 apresenta a evolução temporal da mancha urbana no DF entre 1960 e 2019, passando de 23 km² em 1960 para 709 km² em 2019. Com a consolidação do Plano Piloto e explosão demográfica vivida nos anos de 1960 a 2021, fica claro que o modelo de pouca população da projeção inicial não se sustenta, passando a constituir um grande núcleo urbano brasileiro metropolizado, com um adensamento populacional principalmente na porção oeste do Distrito Federal.

Importante destacar que o processo de crescimento urbano de Brasília e, conseqüentemente, do Distrito Federal prosseguem prejudicando o ambiente distrital.

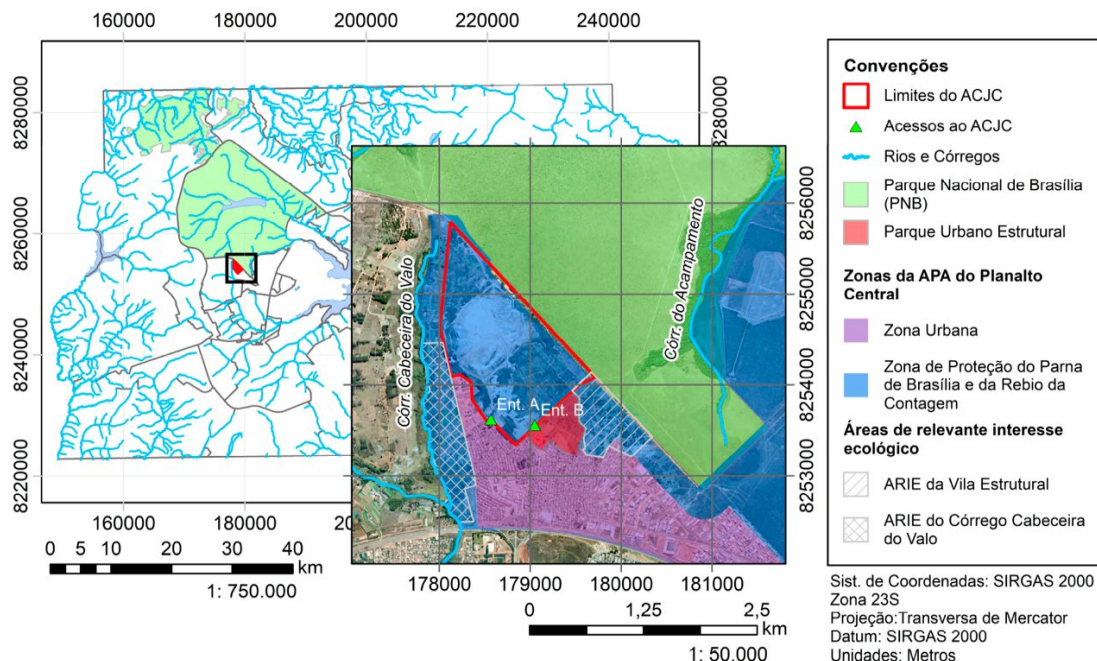
Voltando à problemática deste trabalho e a sua perspectiva de analisar aspectos da contextualização do processo de urbanização do DF, o quadrilátero é polo de atração que causa forte pressão sobre os recursos naturais, destacando-se o desmatamento, a erosão, compactação e perda da fertilidade do solo, o assoreamento, poluição e redução da vazão dos mananciais. Além desses fatores que denotam a degradação ambiental, tem-se o excesso de resíduo sólido e o problema lixo com um considerável aumento no volume que advém do comércio e do domicílio, dos serviços públicos, da saúde, dos hospitais, do aeroporto e dos terminais rodoviário e ferroviário.

A sociedade contemporânea, modernizada com a indústria traz em si a necessidade de consumo. Lixo e os resíduos sólidos acumulados de maneira inadequada permite a proliferação de agentes que transmitem doenças, proliferação de fungos e bactérias; e um aspecto importante a ser lembrado é que o acúmulo de maneira inadequada próximo a rios e lagos podem causar, inclusive, a morte destes por assoreamento de seus leitos e contaminação de animais. Com o aumento populacional distrital associado à onda de consumismo, passou-se a produzir grandes quantidades de resíduos e lixo, a pesquisa destacará e caracterizará, a seguir, o surgimento do Aterro Controlado do Jockey Club (ACJC).

Inaugurado na década de 1960, o Aterro Controlado do Jockey Club, ou como é mais conhecido, o Lixão da Estrutural, localiza-se na SCIA-Estrutural – RA-XXV, a 15 km do centro do Plano Piloto – RA-I, próximo ao Parque Nacional de Brasília, uma unidade de conservação de proteção integral, e à Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Córrego Cabeceira do Valo, pertencente mais especificamente à sub-bacia do córrego Riacho Fundo inserida na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Nisiyama contextualiza a localização do lixão da estrutural da seguinte forma,

O antigo Aterro Controlado do Jóquei Club (ACJC), onde hoje se situa a Unidade de Recebimento de Entulhos (URE), localiza-se na porção centro-oeste do Distrito Federal (**Figura 4**). O ACJC possui duas entradas oficiais (A e B) com guaritas, nas quais é realizado o controle de entrada e saída de caminhões basculantes carregados de resíduos. Na entrada A estão localizados os prédios administrativos do aterro. As entradas mencionadas são acessadas por uma via que contorna todo o perímetro do ACJC (NISIYAMA, 2019, p.73, grifo nosso).

Figura 4 - Localização do ACJC e unidades de conservação (UC) em sua proximidade.



Fonte: Nisiyama (2019, p.74).

O Aterro Controlado do Jóquei Clube (ACJC), serviu de disposição final inadequada dos resíduos sólidos gerados no DF durante o período compreendido entre a década de 1960 e o início do ano de 2018 (20/01/2018) quando foi desativado. Durante seu período de funcionamento, o lixão da estrutural se tornou o maior da América Latina, sendo que em décadas, 100% do lixo coletado chegava a 2.700 toneladas por dia e destas 5000 a 6000 toneladas diárias constituíam-se em resíduos de construção civil, podas de árvores e resíduos volumosos. Sendo a região área de importante bacia hidrográfica DF, a possibilidade de infiltração do chorume existe, já que o solo não foi impermeabilizado para receber o lixo e o resíduo, essa situação descrita é um pouco mais crítica visto que a Bacia do Lago Paranoá fornece água para o consumo humano. Em seu Estudo do potencial de contaminação do Aterro Controlado do Jóquei Clube, Giacomazzo concluiu,

O mapa de vulnerabilidade natural à contaminação dos aquíferos, gerado a partir da aplicação da metodologia DRASTIC, evidenciou áreas de elevada vulnerabilidade subjacentes e próximas ao ACJC, que corresponde a uma das principais fontes poluidoras das sub-bacias hidrográficas do Bananal e do Riacho Fundo, indicando a urgência de implementação de medidas de controle do avanço da contaminação pelo chorume e seu constante monitoramento (GIACOMAZZO, 2020, p. 918).

Durante a pesquisa identificou-se dados estatísticos publicados remetendo que a população brasileira chegou a 213,3 milhões de habitantes¹¹, estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dado atualizado em 1º de julho de 2021. O município de São Paulo continua sendo o mais populoso do país, com 12,4 milhões de habitantes, seguido por Rio de Janeiro com 6,8 milhões e Brasília com 3,1 milhões¹². A população distrital cresceu desde os primeiros anos da construção de Brasília, alguns fatores são destacados para este crescimento: o êxodo rural e os centros urbanos ofereceram emprego e renda para a população, ambos fatores são uma realidade nacional. Em Brasília, no seu início, a construção civil era o principal fator de atração da população migrante, em seguida a transferência dos órgãos públicos e seus funcionários e os prestadores de serviços de todas as classes de renda.

Numa conclusão preliminar se afirma que com o resultado do crescimento populacional, tem-se um agravamento dos problemas ambientais, notadamente aqueles relativos à poluição, queimadas, desmatamento de áreas próximas aos leitos de rios, a degradação de áreas ecológicas para conservação ambiental de diversos tipos como é o caso do lixão da estrutural elencado neste trabalho. Estes problemas são agravados em função da forte urbanização sobre os espaços naturais que ficaram susceptíveis às ações antrópicas. Por fim, as questões ambientais mais relevantes estão diretamente relacionadas à forma da ocupação territorial e à carência de uma infraestrutura adequada.

¹¹ Governo do Brasil. Estatística. **População brasileira chega a 213,3 milhões de habitantes, estima IBGE. Publicado em 27/08/2021 18h37.** Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/08/populacao-brasileira-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-estima-ibge>> Acesso em: 20 set. 2021.

¹² Governo do Brasil. Estatística. **População brasileira chega a 213,3 milhões de habitantes, estima IBGE. Publicado em 27/08/2021 18h37.** Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/08/populacao-brasileira-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-estima-ibge>> Acesso em: 20 set. 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu contribuir com uma expectativa de análise e das diversas faces da produção espacial diferenciada analisando a atuação das construtoras, das imobiliárias, da ação estatal e da própria vontade do cidadão. Elegeu-se uma escala local que permitiu a observação mais detalhada dos arranjos espaciais com contradições entre as práticas espaciais e seus agentes com relativos interesses e distintas ações no espaço, buscou-se entender as dinâmicas da diferenciação numa escala bem definida como, por exemplo, o Aterro Controlado do Jockey Clube (ACJC) ou lixão da estrutural, que, em si, representa uma totalidade do que é o Distrito Federal. A análise materializou os aspectos que objetivou-se analisar, num plano de espaços contíguos marcados por distinções espaciais internas ao DF e às RAs.

As interpretações das diferenças socioespacial nas escalas da rede urbana e sua intraurbanidade, evidenciam que, para uma leitura mais completa desta última, é preciso traduzir a divisão e classificação econômica e social do espaço distrital. Há de se considerar os processos de ocupação, funções de uso do solo, formas estabelecidas no espaço e os significados espaciais a partir dos padrões de uso do solo distrital que definem os vários polos urbanos, por exemplo as RAs. Estabelece-se, com isto, um olhar que deve considerar os centros resultantes de negócios para a produção, o consumo, a gestão estatal e privada das áreas e eixos focalizados nessas práticas, chegando a alcançar o mosaico das áreas sociais, isto é, os assentamentos habitacionais, identificados a partir da combinação de atributos indicados pelo *status* socioeconômico.

Ao considerar a facticidade espacial, denota-se que toda ação se desenvolve num tempo que cria um espaço, o qual abriga os sujeitos capazes de agir. Verificou-se com isto, a diferenciação espacial investigada neste artigo recortando o Distrito Federal no Centro-Oeste brasileiro, isto é, na prática a construção de Brasília denotou sujeitos agindo na construção e na ocupação. O Plano Piloto de Lúcio Costa é detentor de uma dinâmica espacial significativa, envolvendo aspectos políticos, socioculturais e socioeconômicos que extrapolam seus limites,

consolidando-se como importante centro urbano-regional metropolizado. Contudo, fica observado, a intenção da pesquisa que foi a de analisar a sua Geografia na interpretação dos variados aspectos do espaço construído, isto é, a relação entre a dinâmica estabelecida pelo Estado e o espaço usado.

Na tentativa de interpretar a organização e produção espacial no Distrito Federal, o papel que a construção civil e o setor imobiliário têm nesse processo é fundamental para entender os modos de acesso e uso dos terrenos. Para isso, algumas variáveis foram levantadas: 1) Localização do terreno nas áreas limítrofes à RA-I, o Plano Piloto; 2) Área total dos terrenos adquiridos envolvendo RAs do DF, é o caso da SCIA-Estrutural – RA-XXV onde se localiza o lixão da estrutural; e 3) Características de vulnerabilidade do solo próximo ao córrego Cabeceira do Valo, pertencente à sub-bacia do córrego Riacho Fundo.

Foi, então, a partir das transformações no DF, possível identificar a expressão de tal processo que é visível na paisagem urbana. Pode-se identificar formas e funções espaciais sobrepondo-se ao ambiente natural na ocupação dos novos espaços e isto se deu por decisões e ações de diferentes agentes. Além disso, as porções do espaço que são ocupadas por grupos reforçam as desigualdades em diferentes RAs, em especial pelo tipo de moradia, pela oferta de produtos e serviços e pela infraestrutura instalada nas zonas da cidade.

Deste modo, conclui-se que a cidade é lugar de atuação dos agentes que produzem espaços humanizados, isto é, os espaços refletirão uma organização com um padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. Este padrão, apreendido desta forma, evidencia a exploração dos recursos naturais sem uma ideia da totalidade, isto é, não se verifica uma consequência em rede na própria organização do espaço. Assim, o meio natural é um objeto a ser utilizado, produto com possibilidades de consumo e financeirização para o desenvolvimento, o homem produz e reproduz no espaço a estrutura simbólica da sua teia social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasília. Brasília tem o maior potencial de crescimento urbano do País. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2018/11/21/brasilia-tem-o-maior-potencial-de-crescimento-urbano-do-pais/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 456, de 21 de outubro de 1965. **Dispõe sobre a organização do Sistema de Administração Regional da Prefeitura do Distrito Federal.** Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/550/Decreto_456_21_10_1965.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. Legislação. LEI Nº 4.545, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4545-10-dezembro-1964-377657-norma-pl.html>> Acesso em: 22 out. 2021.

CHELOTTI, Giancarlo Brugnara; SANO, Edson Eyji. **Sessenta anos de Ocupação Urbana da Capital Do Brasil: Padrões, Vetores e Impactos na Paisagem.** Nº 73/janeiro de 2021 ISSN 2446-7502. Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/TD-73-Sessenta-anos-de-ocupacao-urbana-da-capital-do-Brasil-padroes-vetores-e-impactos-na-paisagem-2021.pdf>> Acesso em: 16 nov.2021.

EPSTEIN, Gerard. “**Financialization, Rentier Interests, and Central Bank Policy,**” manuscript, Department of Economics, University of Massachusetts, Amherst, MA, December 2001. Disponível em: https://peri.umass.edu/fileadmin/pdf/financial/fin_Epstein.pdf. Acesso em: 08 nov.2021.

FERREIRA, Álvaro. **A cidade do século XXI:** segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011, 324p.

GIACOMAZZO, Andressa Pereira; ALMEIDA, Wagner Santos. **Estudo do potencial de contaminação do Aterro Controlado do Jôquei Clube, Distrito Federal.** Eng Sanit Ambient | v.25 n.6 nov/dez 2020 | p.909-920. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/dvWgMJL6hYDsHCQK3YXntSC/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Governo do Brasil. Estatística. **População brasileira chega a 213,3 milhões de habitantes,** estima IBGE. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/08/populacao-brasileira-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-estima-ibge>> Acesso em: 13 nov. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Séries históricas e Estatísticas.** Taxa de urbanização. Disponível em: <<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>> Acesso em: 19 out.2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 154 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, 504 p.

Lei nº 1648, de 16 de setembro de 1997. DODF de 29.09.1997. Art. 1º A Região Administrativa I – Brasília passa a denominar-se Região Administrativa Plano Piloto, RA I. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/49606/Lei_1648_16_09_1997.html> Acesso em: 11 nov.2021.

MANIÇOBA, Regina Sousa. **Criação de Regiões Administrativas no Distrito Federal e o histórico da definição de seus limites geográficos**. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território/Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory, V.10, N.2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/ciga.v10i2.33529>> Acesso em: 11 nov. 2021.

NISUYAMA, Felipe Leite. **Ferramenta computacional para avaliação de risco à saúde humana em áreas contaminadas - Caso de Estudo: Aterro Controlado do Jôquei Clube de Brasília/DF [Distrito Federal] 2019**. 202 p. Dissertação (Mestrado – Faculdade de Tecnologia). Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/36861>> Acesso em: 12 nov. 2021.

OLIVEIRA, Washington Candido. **Novas espacialidades e a densificação populacional na Área de Tutela do Bem Tombado do Plano Piloto de Brasília – RA-I**. Brasília, 2017. 280 p. Tese (Doutorado - Doutorado em Geografia) -- Universidade de Brasília, 2017.

Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDO. **Documento Técnico**. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/documento_tecnico_pdot12042017.pdf> Acesso em: 27 out. 2021.

Portal do Governo Brasileiro. IBGE. Brasília. População. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>> Acesso em: 21 out. 2021.

Projeções e cenários para o Distrito Federal Análises prospectivas populacionais, habitacionais, econômicas e de mobilidade. CODEPLAN. Novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Proje%C3%A7%C3%B5es-e-cen%C3%A1rios-para-o-Distrito-Federal-An%C3%A1lises-prospectivas-populacionais-habitacionais-econ%C3%B4micas-e-de-mobilidade.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2021.

RECLUS, Élisée. **Renovação de uma cidade**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010, 91 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1982, 152 p.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 136 p.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed., 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. 176 p.

Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal. SEGOV. **Arniqueira (RA XXXIII)**. Disponível em: <<https://segov.df.gov.br/arniqueira-ra-xxxiii/>> Acesso em: 22 out. 2021.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016, 313 p.